

A luta pela terra em Andradina – SP: os posseiros da Fazenda Primavera

Hélio Carlos Alexandre¹

Resumo: Este texto refere-se a análise da luta dos posseiros da Fazenda Primavera, situada entre os municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, estado de São Paulo. Buscamos, por meio desse estudo, entender como esta luta foi travada e as formas de resistência dos homens, mulheres e crianças que viveram e lutaram naquelas terras. Para compreendermos como se deu esta luta, fomos buscar informações junto às fontes do Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”, na UFMS/CPTL, em particular na vasta documentação oriunda do IAJES (Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor), com sede na cidade de Andradina-SP, entre os anos de 1960 a 1990. Foram essas fontes que nos deram embasamento para iniciarmos o processo de pesquisa. Também foram estudados teóricos que discutem a questão agrária, com um enfoque especial aos trabalhos de José de Souza Martins.

Palavras-chave: Posseiros; Fazenda Primavera; Formas de Resistência

The struggle for land in Andradina/SP: the settlers of the Spring Farm

Abstract: This text refers to the analysis of the struggle of the settlers of Spring Farm, located between the towns of Andradina Castilho and New Independence, state of Sao Paulo. We seek, through this study, to understand how this fight was fought and the forms of resistance from men, women and children who lived and fought in those lands. To understand how this fight took place, we seek information from the sources of the Center for Historical Documentation "Honorio de Souza Carneiro," in UFMS / CPTL, particularly in the extensive documentation coming from the IAJES (Administrative Jesus the Good Shepherd Institute), based in city Andradina-SP, between the years 1960 to 1990. These were sources that gave us the basis to begin the research process. Also studied were theorists who argue the land question, with a special focus on the work of José de Souza Martins.

Keywords: Squatters; Spring Farm; Forms of Resistance

INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como objetivo fazer uma análise da luta pela terra e, conseqüentemente, da reforma agrária no Brasil. Estaremos procurando entender essa luta regional, em específico a partir do caso dos

¹ Graduando do 8º. Semestre de História, Campus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

posseiros da fazenda Primavera, situada na nona região, oeste de São Paulo, no município de Andradina.

Queremos compreender como se deu a luta pela posse da terra e a resistência daquela gente - os posseiros da Fazenda Primavera -, partindo de um estudo dos anos de 1970 a 1980. Para tanto, realizamos entrevistas orais com alguns dos antigos moradores, remanescentes das primeiras famílias que ali chegaram sob a condição de arrendatários.

No primeiro momento faremos uma análise de alguns teóricos que discutem a questão agrária, particularmente dos trabalhos do sociólogo José de Souza Martins. Entre os autores estudados, Andrade (1991) nos levou a compreender como os fazendeiros usavam a solta do gado nas lavouras de arrendatários, posseiros e pequenos sítiantes, a fim de expulsá-los da área. Essa prática era usada como forma de coerção para que desanimassem e viessem a abandonar as terras de onde retiravam a sua subsistência.

Martins (1993) discute o papel da Igreja Católica e Luterana na contribuição aos movimentos sociais, destacando que ambas, por meio de suas ações, procuravam ajudar os camponeses, apoiando-os em suas lutas na produção de material como: panfletos; cedendo espaços para reuniões; promovendo campanhas, bem como fornecendo pessoal para a orientação do movimento.

Analisando a questão agrária no Brasil, este mesmo autor (1981) nos remete a compreender como se deu a Lei de Terras e quais eram seus objetivos. Martins também aponta para os vários movimentos que surgiram no Brasil. Refere-se às Ligas Camponesas no Nordeste e em Goiás, ao movimento de Porecatu, no Paraná, ao Arranca Capim, em Santa Fé do Sul, São Paulo, entre outros. Esses movimentos nos serviram como referência para a elaboração deste texto.

Estaremos trabalhando também com as fontes do IAJES (Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor), oriundo da cidade de Andradina-SP. Sua vasta documentação encontra-se no “Núcleo de Documentação Histórica Honório de Souza Carneiro”, na UFMS/CPTL. Esses documentos, em formas de artigos, publicados em jornais, panfletos, cartilhas produzidas pelo ITESP, tratam da história regional, inclusive da Fazenda Primavera e da luta dos

posseiros. Também fomos buscar informações em documentos produzidos pelos próprios posseiros, momento em que discutem a questão agrária.

São documentos que se encontram sob a guarda dos antigos posseiros, como no caso de uma entrevista² impressa cedida pelo senhor Valdecir Rodrigues de Oliveira³. Foram esses documentos que, junto com as pesquisas orais, nos deram embasamento para a construção desse ensaio.

UMA HISTÓRIA DE LUTAS E SONHOS

Faz aproximadamente 30 anos que a Fazenda Primavera foi desapropriada pelo então presidente da República, João Batista Figueiredo, que fazia cumprir, naquele momento, a lei do Estatuto da Terra, criada no ano de 1964. Constava em uma de suas cláusulas que o Estatuto deveria ser aplicado na desapropriação de terras para fins sociais. Conforme descreve Martins: (...) “o Estatuto da Terra, de fins de 1964, abre caminho para que o governo Federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e surtos de inquietação camponesa” (1981, p.31). Essa lei em um dos seus artigos indicava que o governo deveria fazer desapropriação de terras para a reforma agrária onde houvesse conflitos.

Os movimentos sociais souberam reinterpretar esta lei. A Fazenda Primavera que se situa entre os municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência já fora palco de muitas disputas pela posse daquelas terras. As fontes nos dão conta de que mesmo antes de Abdalla se apresentar como o suposto dono, já havia 80 posseiros que se diziam donos daquelas terras.

A resistência dos posseiros deu-se pelo desejo e a necessidade de adquirir um pedaço de terra, nela morar e permanecer produzindo a sua subsistência. Tão logo iniciamos nossa pesquisa fora possível perceber as formas de resistência daquela gente e como ela se deu face à sociedade. Esses homens, mulheres e crianças da Fazenda Primavera enfrentaram as mais diversas humilhações que se possa imaginar. Entre tantas humilhações, destaca-se o fato de o fazendeiro lhes negar o direito de ir e vir, muitas vezes

2 Fundação ITESP-USP - Caderneta de campo 1998/99.

3 O senhor Valdecir foi o primeiro presidente eleito para presidir a associação dos moradores da Fazenda Primavera. Realizou um trabalho de intermediação entre o INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária e os posseiros da Fazenda Primavera.

cercando com arame farpado até as suas pobres residências. Isto está explícito na fala de um dos antigos moradores, o senhor Messias:

Mas aqui também não foi fácil. Eu e minha mulher já corremos mais de 150 metros com jagunços atrás da gente. É jagunço! Eu tinha uma cerca, ele chegou com uma escavadeira, uma hora, duas, e só se via arame voando para todo lado. Arrebentou todo o arame. Eu estava gradeando umas terras, e a mulher estava com a máquina plantando feijão, quando eles chegaram.

Viviam todos sob a égide da ditadura militar e não tendo a liberdade de expressar os seus desejos e também as suas formas de pensar, por muito tempo, não puderam se manifestar a respeito de ideias que brotavam sobre a necessidade de luta pela posse da terra.

Os posseiros queriam que a sociedade lhes compreendesse em suas lutas e que, de alguma forma, lhes desse o apoio desejado. Infelizmente não foi o que ocorreu, pelo contrário, pois grande parte os repudiava e até lhes atribuía termos pejorativos como: vagabundos, invasores, bandidos e malfeitores, no sentido de desqualificá-los.

Esses sujeitos, de certa forma, foram vítimas de muitas violências, como, por exemplo, as atribuições pejorativas que a eles eram impostas. Tiveram de resistir não só contra o fazendeiro, mas face ao vilipêndio de parte da sociedade. Havia na própria fazenda, segundo relatos dos antigos posseiros, um pequeno grupo de arrendatários que estava ao lado do fazendeiro. A esses eram reservadas as melhores terras e alguns privilégios, dentre eles: créditos para a aquisição de tratores. Esta questão está relatada em entrevista oral realizada com Valdecir, ao afirmar que: “nós aqui na Primavera, desde o momento que começamos o movimento para ficar com a terra, o fazendeiro começou a proteger certo grupo fazendo-os eles ficar contra nós”.

Esse grupo procurava desmobilizar o movimento e fazia frente contra a desapropriação das terras. Também o comércio de Andradina, apesar de se servir da venda dos produtos dos posseiros, não lhes dava apoio. As autoridades constituídas como: prefeitos, vereadores, delegados de polícia, da mesma forma, sempre estavam do lado do fazendeiro. Em suma, eram várias as barreiras a serem vencidas pelos posseiros, conforme os relatos⁴:

4 Documento – IAJES, 27/02/1985 , pg.SN.

A pressão aumenta... feita pelos homens de Abdalla contra os posseiros é constante e tem aumentado ultimamente. Muitas vezes conta com apoio de policiais de Andradina convocados para impedir que os lavradores levantassem cercas divisórias para a proteção de suas lavouras contra o gado ou façam benfeitorias. Assim aconteceu por exemplo no dia 17 de junho quando a polia esteve novamente na Fazenda Primavera apoiando com metralhadoras os empregados de Abdalla, que derrubaram as cercas construídas por 4 lavradores. E estes fatos se repetem até os dias de hoje. Constantemente o gado da Fazenda estoura e entra nas lavouras dos posseiros danificando as plantações.

Como se essas dificuldades já não bastassem, a pior estava dentro da própria fazenda, ou seja: a repressão e o medo causados pelo fazendeiro e seus jagunços. Os jagunços, além de intimidar as famílias com agressões físicas e proibir o direito de ir e vir, ainda soltavam o gado nas lavouras, no sentido de causar destruição, com o objetivo de fazer com que, ao se sentirem prejudicados, os posseiros viessem a abandonar aquelas terras, conforme nos relata a fonte⁵:

No fim de Novembro os posseiros receberam uma ordem de venderem as suas pequenas criações dentro de 15 dias sob ameaça de medidas desagradáveis. Nestas mesmas semanas foram fechadas com porteiros as entradas que dão acesso as suas casas e lavouras, com intuito de impedir o escoamento dos produtos agrícolas.

Essa tática de intimidação do fazendeiro se confunde com tantas outras que os latifundiários utilizavam (e ainda utilizam no tempo presente), no sentido de expulsarem os pobres da terra. Nessa linha de pensamento, Andrade ao estudar a questão agrária brasileira afirma que esta tática era:

uma forma muito usada pelos latifundiários era soltar o gado nas plantações dos produtores, quando se aproximava a colheita, provocando a ruína deles. O pequeno produtor não tendo a quem recorrer para pedir providência, uma vez que os grandes proprietários tinham o controle do poder político-administrativo. Quando os moradores ensaiavam alguma resistência, jagunços eram utilizados para expulsá-los ou assassiná-los (ANDRADE, 1991, p.40).

Retomando a história, vemos que a luta pela posse da terra no Brasil aconteceu com mais intensidade a partir do ano de 1850, quando a Lei de

5 Documento – IAJES, 27/02/1985 , pg.SN.

Terras fora criada. Martins discorrendo sobre esse assunto nos remete a compreender que:

Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. Tal lei instituía um novo regime fundiário para substituir o regime de Sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. Nesse meio tempo ter-se-ia multiplicando o numero de posseiros em todo o país. A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que o não fosse o de compra. (MARTINS, 1998, p.42).

Nessa mesma linha de pensamento, é possível compreender o porquê o governo imperial adotara essas medidas. Com a Lei de Terras, o governo procurava evitar que os camponeses se deslocassem para as áreas de terras devolutas e ali constituíssem suas posses. Também naquele momento histórico já era previsível o fim da escravidão, com o estabelecimento da “Lei Eusébio de Queiroz”, sancionada no ano de 1850, proibindo o tráfico negreiro. Segundo Martins: “era preciso que a terra estivesse aprisionada” (MARTINS, 1981, p.13).

Evitava-se assim que houvesse uma evasão de mão de obra livre para as terras devolutas. A intenção do império era manter essa mão de obra constituída por camponeses, nativos, escravos e imigrantes, longe do direito à posse de um pedaço de chão para plantar. Com isso, acabavam por favorecer o grande latifúndio, no caso: os usineiros e cafeicultores⁶, entre outros.

Assim, semelhante aos outros períodos históricos, a terra no século XIX encontrava-se nas mãos das elites e não nas mãos dos menos favorecidos. Por todo o século XX, mais precisamente até a década de 1950, a

6 Após a Lei de Terras, o governo autorizou aos Presidentes de Províncias o domínio sobre as terras devolutas, dificultando cada vez mais o acesso a terra por parte dos pequenos lavradores. Os Presidentes das Províncias, no entanto, passaram a distribuir terras para as oligarquias regionais, ou seja, as famílias tradicionais. Observa-se que diante disso o sonho em possuir um pedaço de chão ficava mais distante por parte dos pobres da terra. Além disso, o governo estava indiretamente contribuindo para com os fazendeiros, no sentido de cada vez mais haver braços livres para as suas lavouras de café. O governo também autorizou aos presidentes das Províncias a controlar as terras devolutas de suas Províncias. Isso fazia com que a terra continuasse sendo o privilégio de poucos ricos, conforme relata Martins; “ O monopólio da terra não se constituía na condição do trabalho escravo; ao contrário a escravidão é que impunha a necessidade do monopólio rígido de classe sobre a terra, para que os trabalhadores livres, os camponeses, mestiços, não viessem a organizar uma economia paralela, livre da escravidão e livre, portanto, do tributo representado pelo escravo, pago pelo fazendeiro aos traficantes, já que a concorrência do trabalho livre tornaria economicamente insuportável o trabalho escravo. (1981, p.37).”

situação também não fora diferente. A velha República atrelava-se aos grandes latifúndios, com suas plantações de café na região Sudeste, enquanto no Nordeste continuava a monocultura da cana de açúcar em grandes proporções e centrada nas mãos de poucos.

Com essa política de apoio as grandes propriedades, havia por parte do governo federal e administrações estaduais, cada vez mais o protecionismo em favor das oligarquias. De outro lado, aumentava-se a mão de obra pobre em grandes proporções, sendo mais e mais desvalorizada.

Não suportando continuarem a ser explorados, os sujeitos começam a se articular, constituindo movimentos de luta, no sentido de adquirir um pedaço de terra, para nela morar, plantar as lavouras de subsistência e manter as suas famílias.

Inicia-se no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, os primeiros movimentos organizados de luta pela posse da terra, as chamadas “Ligas Camponesas”⁷, retomadas em 1955, no engenho Galiléia, no estado de Pernambuco, e em várias outras localidades. Martins discorrendo sobre esse assunto nos leva a compreender que:

É justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que nos mostra com mais clareza o processo do camponês ao longo da história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, á medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado. É nessa situação mais recente de expulsão de foreiros que surgem as Ligas Camponesas, em 1955. (MARTINS, 1981, p.66)

Seguindo essa linha de pensamento, compreendemos que a luta dos posseiros, pela posse da terra na Fazenda Primavera, foi além das ideologias dos partidos políticos, pois sem que os posseiros percebessem iam construindo uma sociedade de classe para si. Isto está presente nas suas falas por meio das fontes analisadas.

7 Tal movimento tinha como objetivo conscientizar as pessoas a lutarem no sentido de adquirirem um pedaço de terra, para nele morar e dele extrair a sua subsistência. Espelhados nas Ligas Camponesas desde a década de 1940, surgem outros movimentos. Dentre eles podemos destacar “Trombas e Formoso” em Goiás, “movimento de Porecatu”, no Paraná, o “arranca capim”, em Santa Fé do Sul, no estado de São Paulo, entre outros. Todos esses movimentos ficaram conhecidos pelo objetivo da luta pela terra.

Uma das fontes analisadas sobre a Primavera nos conta que a resistência dos posseiros da fazenda, bem como as suas lutas pela posse da terra, começou por volta dos anos de 1970. Naquelas terras os primeiros moradores haviam chegado fazia quatro décadas na condição de arrendatários.

É nesta mesma terra que vivem pelo menos 300 famílias de lavradores, que chegaram ali desde 1937, e assim trabalham nesta terra a 10, 20, 30 e até 40 anos. Eles derrubaram as matas e enfrentaram todas as privações do momento inicial e vivem sob constantes ameaças de despejo.⁸

Por meio de uma entrevista com o senhor Manoel Messias⁹, buscamos compreender as formas de resistência vivenciadas por ele e por seus companheiros. Messias em entrevista nos disse que ali vive desde os anos de 1940:

Em 1947, viemos para a Primavera. Eu tinha nove anos. Naquele tempo isso aqui era um matão! Era mato, era tudo sertão! Ficamos aqui e nesse mesmo ano plantamos roça. Naquele tempo a terra era do J. J. Abdalla. Em 1970, ele queria que o povo saísse daqui, e sem direito a nada. Só que os nossos pais é que ajudaram a abrir isso aqui. Foi muito sofrimento. Nós sofremos até hoje, mas naquele tempo era mais.

Em seu relato, Manoel Messias conta parte de sua trajetória de vida desde os nove anos de idade. Dessa forma, tão logo é possível perceber o quanto o homem da roça vive uma vida de sofrimento, tendo sua vida pautada ainda na esperança, “na fé em Deus e na sua própria coragem”, como ressaltam.

Messias relata que começou a trabalhar desde criança, quando os seus pais chegaram de Minas Gerais. A Fazenda Primavera para ele representa a sua única fonte de vida. Fora nesse lugar que aprendeu a lidar com a terra, onde casou e constituiu uma família e onde se alegra com onze filhos, ao lado de sua mulher.

8 IAJES, 27/02/1985, documento apelo dos posseiros, p.02).

9 Fundação ITESP-USP - Caderneta de campo 1998/99.

Conta o entrevistado que muitas vezes fora coagido pelos jagunços de João José Abdala¹⁰ a abandonar a terra, mas nunca recuou diante de tais ameaças, pois “tinha fé em Deus, de que juntos com os seus companheiros venceriam aquela luta pela posse da terra”.

A história de Messias se confunde com tantas outras, ao narrar a luta pela posse da terra, onde homens, mulheres e crianças, unidos em um só objetivo, buscam realizar os seus sonhos. A resistência dos moradores da referida Fazenda chegou a custar a vida de alguns companheiros, dentre esses destacamos Adalberto.

Adalberto era reconhecido pelos seus companheiros como um dos mais inteligentes e destemidos do grupo. Percebendo que Abdalla não pagava os impostos da Fazenda Primavera, tão logo lhe despertou o interesse em saber se a propriedade tinha documentos. Para a sua surpresa, constatou que não havia escritura.

A partir dessas informações Adalberto passara a articular com alguns dos seus companheiros, como seria a estratégia para conseguirem a posse dos lotes que eram ocupados por eles na condição de arrendatários. O fazendeiro ao ser avisado do que acontecia tirou a vida de Adalberto.

Naquele momento, Abdalla matara um homem, mas não a sua ideia. Os companheiros de Adalberto se uniram então em torno dos seus ideais, no sentido de conseguirem a desapropriação da Fazenda Primavera. Em entrevista, Valdecir nos revela como se deram, na prática, as primeiras articulações entre os posseiros na busca por seus ideais:

Tudo começou com umas reuniãozinha que existia na calada da noite, depois das duas da manhã escondido por que não podia fazer reunião. As mulheres nem podiam sonhar que os homens estavam em reunião, um inferno mesmo. Hoje é uma beleza, você pode gritar, chutar, falar mal do jeito que você quer. Naquele tempo não. Então a reunião era escondidinha. Não podia ser com muita gente. Á meia noite a gente se encontrava-se dizia assim: “ Ó fulano, tem festa lá na casa do beltrano. (...) Já sabia que era reunião. E quando alguém viajava para alguma coisa da desapropriação falava que fulano foi para a casa do filho dele, que mora não sei onde. E era só homem que participava, no começo da luta, tinha muito preconceito com mulher, nós achávamos que elas iam contar tudo e quando as coitadas perguntavam: “Para onde fulano foi? Nós respondia, foi na casa de sicrano.”¹¹

10 João José Abdalla foi empresário nas áreas industrial e agropecuária na região de Birigui e deputado federal na década de 1960.

11 Fundação ITESP-USP, Caderneta de campo 1998/99. p, 04

Na fala de Valdecir é possível compreender como fora árdua a luta daquele povo, pois como se não bastassem ter que fazer as reuniões as escondidas, evitando que os jagunços descobrissem, também tinha que omitir o que estava acontecendo das próprias mulheres, pois temiam que isso viesse a comprometer as reuniões. Somente após uns meses essas mulheres passaram a entender o porquê daquelas reuniões e tão logo fizeram parte da luta pela posse da terra.

Diante desses fatos, a igreja Católica de Andradina, reconhecendo a luta dos camponeses deu-lhes apoio. Sobre essa questão, encontramos uma fonte que apresenta indícios de como fora se dando esses primeiros contatos:

Através dos constantes contatos com o movimento pastoral, cada dia a Igreja foi sentindo o sofrimento, as angústias e inseguranças daquelas famílias que ali moravam a dezenas de anos, mesmo os mais novos, vivem num estado permanente de pobreza, a maioria das casas de pau-a-pique sem o mínimo conforto necessário. Além das dificuldades do cultivo da terra enfrentam ainda dificuldades pela falta de segurança sobre o futuro. Há constantes ameaças de despejo que às vezes se concretizam. Existe um clima de medo e tensão que já foi responsável por 03 homicídios ainda não esclarecidos. Devido a toda essa situação muitas famílias foram abandonando aquela terra, com o passar do tempo, e assim o número de famílias se reduziu de 600 a 300 aproximadamente.¹²

Para refletir sobre a atuação da Igreja Católica e a Igreja Luterana, vemos que, diante da questão agrária, ambas participaram no sentido de orientar os camponeses, apoiando e lhes encaminhando para ocuparem seus espaços. Pode-se assinalar, assim, segundo Martins, que:

Nesta mesma linha de raciocínio gostaria de mencionar uma outra grande mudança a esses modos políticos, com que trabalhadores rurais tiveram um papel importante. Refiro-me a Igreja Católica, não deixando de considerar que a Igreja Luterana foi alcançada pela ação de trabalhadores rurais nas áreas de influência (1993, p.73).

Entendemos que o apoio aos posseiros por parte da Igreja, dava-se por meio de ações como, por exemplo, a realizada pelo padre Eurides que durante uma homilia conclamava aos fiéis pedindo ajuda para os irmãos da Fazenda Primavera.

12 IAJES - Instituto Jesus Bom Pastor, folheto.

Caríssimos irmãos, a segunda carta do apóstolo Paulo aos cristãos de corinto nos conta como aquela comunidade organizava uma coleta para ajudar a comunidade de Jerusalém. Eles contribuíam segundo as suas forças e até além de suas forças para socorrer aos seus irmãos. Assim deram testemunho de solidariedade e de verdadeira vida de fé. Nessa ocasião viemos humildemente pedir uma ajuda para os nossos irmãos posseiros da Fazenda Primavera. Eles lutam com muitas dificuldades e estão enfrentando toda uma luta para se manter na terra em que trabalham há muitos anos. (IAJES, 27/02/1985).¹³

Os documentos que analisamos, dentre esses: cartas, folhetos, cartilhas, atas de reuniões e jornais, nos informam sobre as pressões feitas pelos seguranças de Abdalla sobre os posseiros. Narram esses documentos que era comum, para prejudicar os posseiros, como ressaltado anteriormente, a solta de gado em suas lavouras, principalmente quando a colheita estava próxima.

Essa prática era comum entre os fazendeiros da região de Andradina quando queriam expulsar os moradores de suas propriedades, expulsando ainda os pequenos proprietários que eram vizinhos à fazenda. Dentre esses fazendeiros, destacamos o senhor Ribas, proprietário da Fazenda Reunidas, no município de Promissão, São Paulo.

Em entrevista realizada por Borges, no assentamento Reunidas, encontramos a seguinte afirmativa: “Ele comprava gado pantaneiro (gado bravo e explosivo) comprava cem, chegava com mil, e jogava na roça da japonesada, que, apavorada, vendia as terras, saindo corrida, deixando tudo, até trator, por causa de ameaça de morte”. (1997, p.74).

Para que o leitor possa compreender melhor essa prática da solta do gado, ela funcionava da seguinte forma: o fazendeiro na intenção de aumentar a sua propriedade em extensão territorial procurava aleatoriamente comprar alguns sítios circunvizinhos da sua fazenda. Normalmente eram propriedades pequenas, pois se em uma daquelas propriedades coubesse apenas 30 cabeças de gado, ali era solto o triplo, ou seja, 90 cabeças. Dentro de poucos dias já não havia mais pasto para aquele número de gado.

Daí, então, o gado passava a quebrar as cercas e invadia as plantações das propriedades vizinhas, logo devorava tudo e passava a agredir

13 Documento Apelo dos Posseiros, 27/02/1985. pg.19.

até os moradores. Diante disso, os pequenos proprietários procuravam as autoridades, mas dada a grande influência do fazendeiro, não eram ouvidos em seus reclames e continuavam a sofrer com a invasão das reses causando-lhes mais prejuízos.

Na região de Andradina até mesmo os policiais eram convocados pelo fazendeiro para amedrontar os posseiros, no sentido de que os mesmos se intimidassem e fossem embora deixando suas posses e abandonando a luta. A situação vivenciada pelos posseiros da Fazenda Primavera coincidia com situações similares, como a de um movimento que surgiu em Santa Fé do Sul, São Paulo, intitulado de “Arranca Capim”. Segundo Martins: “o posseiro fazia a tarefa de limpar a área e, em seguida, ele era expulso”. (1981, p.67).

Frente a essas questões, importa-nos reconstruir o processo de lutas dos posseiros da fazenda Primavera, indagando até quando perduraram as suas resistências. É uma busca incessante onde esses sujeitos, na procura de seus espaços, muitas vezes não são compreendidos em suas particularidades. Quando conseguem o objetivo da conquista da terra, no mínimo, suas vidas tomam rumos diferentes, como afirma Martins: “A cultura dos pobres do campo nasce no espaço produzido pelo rompimento das vivências da dependência”. (1989, p.21).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Desde o início da pesquisa, objetivamos entender a luta pela terra, indagando principalmente porque os sujeitos nela inseridos e muitas vezes submetidos ao sofrimento e exclusão por parte da sociedade nunca desistem de seus sonhos, resistem e buscam por seu objetivo maior: o direito de poder produzir e residir numa terra em que possam chamar “de sua”, mas num sentido reverso ao da “propriedade privada”.

Em suma, buscamos saber como esses posseiros, por meio de suas lutas, firmaram-se como sujeitos históricos. Paralelamente, procuramos estabelecer um constante diálogo entre a teoria e as fontes, no processo de pesquisa, pois entendemos que seguindo essa metodologia nos aproximamos da compreensão de parte da história e da memória de luta desses sujeitos históricos: os posseiros da Fazenda Primavera.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BORGES, M. S. L. *Terra, ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra*. São Paulo: Ed. Anita, 1997.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.